



REDE TRANS: POLÍTICAS DE SAÚDE DIRECIONADAS À POPULAÇÃO DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERAS

Fernando Teixeira Silva Filho¹
Luana Oliveira Santos²
Ludmila Ellen Silva Bessa³
Luiz Henrique Callovi Balarin⁴
Samara da Souza Cruz⁵

RESUMO

O objetivo do presente artigo é refletir sobre a importância de desenvolver e garantir ações e políticas de saúde direcionadas à população de Travestis, Transsexuais e Transgêneras (TTTs) no Município de Assis/SP. O projeto de extensão universitária denominado “Clinic@rte: atuação clínica mediada pelas técnicas expressivas no SUS”, desenvolvido no Núcleo de estágio Clinic@rte da FCL UNESP Assis, criou o dispositivo “Rede trans”. Iniciado em fins de 2019, nesta atividade realizamos encontros quinzenais em grupo com as pessoas TTTs usuárias do SUS. Tal dispositivo grupal é mediado por uma psicóloga referência do SUS e dois estagiários da universidade. Objetiva-se com este dispositivo criar uma rede de apoio para o desenvolvimento de ações e serviços que garantam a integralidade da assistência à saúde. Desde o início das atividades do grupo, observou-se uma efetivação dos direitos sociais da população TTT da região possibilitada por meio das trocas de experiências das/os usuárias, constituindo espaço para refletir a respeito de medidas de enfrentamento e combate à transfobia, bem como para produzir cuidado, acolhimento e sociabilidade. Entretanto, a necessidade de concretizar as políticas de saúde específicas no município se faz urgente, exigindo que o trabalho desenvolvido pela Rede seja expandido para além do interior dos grupos.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de saúde; Acolhimento; Rede de apoio; População trans.

ABSTRACT

This article reflects on the importance of developing health policies for the Transvesti, Transsexual and Transgender (TTT) community in the municipality of Assis in São Paulo. The university extension project called “Cli-

1 Psicólogo, Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista, professor adjunto da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis.

2 Psicóloga, formada pela Universidade de Ciências e Letras da UNESP Assis.

3 Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – campus de Assis.

4 Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Assis.

5 Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – campus de Assis..



nic@rte: Clinical performance mediated by expressive techniques in the SUS” was developed during the Clinic@rte Supervised Practice of FCL UNESP Assis, then was created “Rede trans” project. At the end of 2019, “Rede Trans” held fortnightly group meetings with TTT community who use services of the SUS in Brazil. “Rede Trans” is mediated by a SUS reference psychologist and two university students during their supervised practice. The main goal of “Rede Trans” project was to create a support network for the development of actions and services that guarantee health care for TTT community. Since the beginning of the “Rede Trans” activities, it has been noticed an effectiveness in guaranteeing social rights of the TTT community in the municipality. This effectiveness was possible due to an important role in exchange experiences, creating a space to reflect on actions to combat transphobia, as well as to produce a good welcome and sociability. However, the need to implement health policies in the municipality is urgent, demanding “Rede Trans” to be expanded.

Keywords: Public health policies; Hospitality; Support network; Trans community.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei 8.080/90, a assistência à saúde em todo o território brasileiro no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) deve obedecer a uma série de princípios, entre eles a universalidade do acesso, a integralidade e a igualdade na assistência (BRASIL, 1990). Como tentativa de concretizar essas diretrizes, diversas iniciativas vêm sendo construídas ao longo dos anos na forma de políticas públicas de saúde direcionadas para a atenção à saúde em seus múltiplos aspectos.

Uma das iniciativas em questão diz respeito à Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, visando a reorientação das políticas de saúde com o objetivo de possibilitar e ampliar o efetivo acesso à saúde pela população LGBT+ (BRASIL, 2011). Tal política reconhece que a discriminação, marginalização e exclusão das pessoas LGBT+ tem como efeito a dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Não é incomum que tais pessoas, ao procurarem o SUS, se deparem com preconceito, intimidação, práticas antiéticas e despreparo por parte dos profissionais para atender a suas demandas específicas (SANTANA *et. al.*, 2020).

No município de Assis (SP), o núcleo de estágio Clinic@rte do curso de psicologia da Faculdade de Ciências e Letras UNESP de Assis, que tem por área de atuação e pesquisa os processos de subjetivação e de produção de identidades LGBT+, bem como suas relações com o mundo por meio das expressões estéticas junto à prática clínica, foi mobilizado pelas lideranças LGBTs locais e a Secretaria Municipal de Saúde a pensar sobre



a urgência de alternativas que integrem essa população aos serviços de saúde. A partir desse contato, ocorrido entre os anos de 2018 e 2019, foi possível coletar uma série de denúncias e relatos que retratam especificamente a dificuldade da população trans da região em acessar os serviços de saúde, devido majoritariamente ao despreparo e à transfobia predominante entre os profissionais da saúde.

Tendo em vista que é princípio ético da psicologia a contribuição “para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7), bem como levando em consideração a Resolução CFP nº 01, de 29 de janeiro de 2018, a qual estabelece o papel da psicologia como fundamental no combate a patologização e a opressão da população trans, o referido núcleo de estágio se articulou junto à Secretaria de Saúde do município e ao Grupo Integrado de Prevenção e Atenção às ISTs e HIV (GIPA) para pensar uma alternativa à realidade presente.

Como resultado das articulações entre as instituições mencionadas, trabalhadores da saúde, estudantes de psicologia e a população trans da região, foi criada, em 2019, a Rede Trans, parte integrante do Projeto de Extensão Universitária “Clinic@rte: Atuação clínica mediada pelas técnicas expressivas no SUS”. Este projeto, articulado entre o núcleo de estágio Clinic@rte, o Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Assis (FCLAs) e a Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC), objetiva, a partir das demandas do município de Assis, realizar atividades de prevenção de saúde para os usuários da Atenção Básica de Saúde. A partir da análise das maiores dificuldades enfrentadas pelos usuários da Atenção Básica, constatou-se que as atividades do projeto devem ser focadas na promoção de saúde, enquanto uma estratégia preventiva. Desse modo, o projeto orientou-se a partir dos dispositivos grupais como forma de articulação de situações problemas e potente instrumento de resolução destas (DELEUZE, 1988). Sob esse panorama, pretende-se elaborar sobre a experiência prática da Rede Trans, os objetivos e os desafios que enfrentamos para fazer valer os direitos das pessoas trans no acesso à saúde no SUS.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é uma adaptação da abordagem plurimodal muito utilizada em musicoterapia (HUGO; SCHAPIRA, 2004; SCHAPIRA, 2007). Ainda que esta abordagem tenha se construído nas bases da Psicologia Humanista, o foco é menos na prevalência de uma corrente teórica e mais nas necessidades da pessoa e/ou grupo. Nesta perspectiva, o adoecimento psíquico não é isolado das interações biológicas, sociais, individuais e coletivas. Por isso, podemos trazer para a discussão a perspectiva da transfobia como elemento fundamental aos processos de subjetivação destas pessoas. Ou seja, analisamos os sofrimentos, os



adoecimentos e as dificuldades pelas quais as e os usuários enfrentam como sendo efeitos da transfobia tanto no plano individual quanto coletivo e social (CFP, 2019).

Ampliando a concepção de grupo de Pichon-Riviére (2009) para o qual se trata de um conjunto de pessoas reunidas com necessidades semelhantes e que buscam cumprir tarefas específicas, recorremos à esquizoanálise para a qual o grupo é dispositivo (DELEUZE, 1989). Neste caso, o dispositivo é um agenciamento maquínico que objetiva articular, dispor “processos de diversas procedências e de diferentes naturezas, os quais podem ser elementos de séries tanto homogêneas, como heterogêneas” (HUR, 2012, p. 21). O dispositivo faz “falar”, faz “ver”, produz enunciações e modos de ser e estar no mundo. Neste sentido, para otimizar a potência deste dispositivo, utilizamos durante as reuniões diversas técnicas interativas (PINHEIRO, 2014) para discutirmos temas relevantes trazidos por elas, tais como a hormonização, a empregabilidade e o enfrentamento à transfobia.

Para tal, também propomos o uso de dinâmicas e técnicas grupais que disparam associações e fazem circular o discurso de enfrentamento à transfobia estrutural e institucional que, cotidianamente, estas pessoas enfrentam. Cremos que a partir disso, conseguimos elaborar um Projeto Terapêutico Singular (PTS) para as participantes da Rede (OLIVEIRA, 2010).

Como técnica grupalística, utilizamos, por exemplo, o enquadre (setting) em que se estabelece as necessidades do grupo para que este se mantenha. Desse modo, entende-se o enquadre como “a soma de todos os procedimentos que organizam, normatizam e possibilitam o funcionamento grupal” (ZIMERMAN; OSÓRIO, 1997, p. 35). No escopo dos aspectos importantes ao enquadre, está o entrelaçamento de algumas regras, atitudes e combinações que definem o local das reuniões, os horários e a periodicidade (idem), as quais funcionam, no caso da Rede, sempre em um mesmo local (o qual não é divulgado amplamente por questões de segurança), com um tempo de duração mínimo de 2h e periodicidade quinzenal. A conjunção dessas características não foi dada de forma passiva, uma vez que sua funcionalidade foi avaliada pelas pessoas que compõem o grupo: tal participação, demonstra, na prática, as importantes funções da técnica, em que as pessoas usuárias discutem seus direitos e deveres, o que desejam e as possibilidades cabíveis para a maioria. Ainda no que tange às funções, as regras estabelecidas em grupo possibilitaram a construção de um ambiente seguro, onde foi possível experienciar e dar novas significações às vivências, experiências e emoções (ZIMERMAN; OSÓRIO, 1997).

A atuação dos estudantes de psicologia e trabalhadores da saúde nesse espaço é ofertar uma escuta afinada às demandas apresentadas pela/os usuária/os, bem como propor discussões coletivas a respeito do conteúdo exposto (COSTA, DA SILVA, SILVEIRA, 2018). Assim como na experiência de Homercher e Bridi Filho (2022), a psicologia se insere na Rede Trans visando reordenar o acolhimento e possibilitar a entrada da po-



pulação TTT no SUS, deslocando o foco da figura hegemônica do médico como detentor do saber sobre a saúde/doença e situando as demandas do sujeito diante da perspectiva da atenção integral em equipe como forma de manter o cuidado, combater a transfobia presente nos serviços e despatologizar as necessidades das pessoas trans.

Desse modo, aproveitando as habilidades de utilização de recursos tecnológicos contemporâneos das/os estudantes, em função da pandemia, o enquadre ocorreu virtualmente e, por diversas vezes, utilizamos os recursos das lives nas plataformas digitais para a discussão e debate de filmes e temas relevantes ao grupo, trazendo, inclusive, pessoas de fora do grupo para debaterem tais temas. Foi apenas no início de 2022 que os encontros passaram a ser totalmente presenciais.

3 RELATO DA EXPERIÊNCIA

A Rede Trans visa colocar em prática a Política de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais na cidade de Assis, promovendo o acesso da população trans à saúde, de modo a garantir a universalidade, integralidade e equidade proposta pelo SUS.

Para concretizar esses direitos, a Rede têm buscado articulações com: 1) a atenção à saúde do município, com ênfase na atenção básica; 2) junto aos estudantes de psicologia do estágio *Clinic@rte* da FCL UNESP Assis para o atendimento individual da população trans do município que, por alguma razão, não conseguem ser atendida em seu território. A Rede Trans se propõe a construir um espaço de apoio à população trans do município para possibilitar a troca de experiências e fortalecimento de seus vínculos, o acolhimento de suas vivências e estreitar o contato direto de referências do SUS com suas demandas. Dentre as formas de fazer cumprir essas propostas, a Rede busca promover a formação e a sensibilização de profissionais da saúde às particularidades dessa população, bem como facilitar encaminhamentos aos serviços de saúde adequados quando houver necessidade.

Nesse caminho de atuação, a Rede Trans se divide em dois espaços distintos que se articulam para constituir em conjunto o que é entendido como a Rede propriamente dita. O primeiro desses espaços é o grupo de apoio, que ocorre quinzenalmente e é composto somente pelos usuários, um profissional da psicologia que atua como referência do SUS, e dois estagiários do curso de graduação em psicologia da FCL Unesp Assis. Já o segundo espaço, se refere à reunião da gestão da Rede Trans, a “equipe” de pessoas responsáveis pelo seu funcionamento no âmbito da saúde. Dessas reuniões, que acontecem uma vez por mês, participam psicólogos de referência do SUS, os estagiários da FCL Unesp Assis que atuam na Rede, bem como o supervisor responsável por sua orientação, e profissionais da saúde de demais pontos da Rede - entre os quais pode se destacar, por exemplo, referências do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juve-



nil (CAPSij) e Unidades Básicas de Saúde (UBS). As reuniões da gestão são abertas para a participação dos usuários, mas esta não é obrigatória.

Nessa perspectiva, o grupo tem a importante função de ofertar um espaço de produção de saúde, para além da sua conceituação hegemônica como ausência de doença (SPINK, 2013). Isto é, o grupo é um importante agente da criação de vínculos, a partir dos quais pessoas trans - que socialmente têm redes de apoio, afeto e cuidado negadas - podem compartilhar vivências e construir um espaço de acolhimento que possibilite o fortalecimento individual e coletivo. O ato de fortalecer, por sua vez, é sempre ressaltado nos encontros como uma potência que precisa transpassar aquele espaço e transcender ao meio social, para que esse espaço de acolhimento possa se expandir.

O espaço da reunião de gestão, por sua vez, serve como possibilidade de troca entre os profissionais que atuam diretamente na Rede, pessoas trans usuárias da Rede e demais profissionais de referência da atenção à saúde que compõem as reuniões. A partir do mapeamento das demandas trazidas pelas pessoas usuárias nos grupos de apoio, é possível pensar conjuntamente formas de organizar os fluxos de atenção, corresponsabilizando as equipes responsáveis por cada território pela promoção de saúde dessa população de forma ampla e enfrentando as problemáticas apontadas por Santana et al (2020) por meio da capacitação de profissionais e do planejamento de estratégias/iniciativas que extrapolam os limites da clínica individual.

Cabe pontuar a importância dessa atividade no contexto do projeto de extensão *Clinic@rte*. Isto é, pensar a saúde de forma ampla, abarcando seus diversos aspectos de prevenção e promoção articulados às dimensões de gênero, sexualidade, raça, classe e demais marcadores sociais de diferença que atravessam os indivíduos. Tal atitude requer subsídios teórico-práticos que deem conta de atender o que é demandado dos serviços de saúde pela população - algo historicamente faltante na formação hegemônica do profissional em psicologia. Esta, por sua vez, costuma ser predominantemente voltada para perspectivas individualistas e psicologizantes, com transposições rígidas de práticas individualistas para o âmbito da assistência pública e coletiva à saúde, o que dificulta sua atuação no SUS (DIMENSTEIN, 2000).

A atuação do *Clinic@rte* na Rede Trans justifica-se precisamente por se propor a pensar uma prática psicológica que transpasse os efeitos de hierarquização e patologização produzidos pela escuta tradicionalmente ensinada nos cursos de graduação em psicologia (STONA, 2021). A partir de um enfrentamento das noções historicamente consolidadas de gênero, raça, classe e sexualidade, é buscado, no bojo do trabalho da Rede Trans, desenvolver a diretriz Acolhimento, entendida como um dos pilares das políticas de saúde que demanda a inclusão do sujeito a partir de uma escuta qualitativa, a criação de vínculos e um acesso responsável (RIBEIRO; CASTRO, 2011).



Na experiência prática da Rede Trans, as discussões desenvolvidas em grupo buscam apreender os efeitos da transfobia nas vivências das pessoas trans usuárias e desenvolver a constituição de uma linha de cuidado voltada à essa população específica, tendo por base o enfrentamento às dificuldades de acesso à saúde apontadas Lima e Cruz (2016) e Rocon (2018). Segundo os autores, a falta de articulação entre redes oficiais de referências de atenção básica, ambulatórios e hospitais resulta em um aumento na lista de espera dos serviços específicos voltados à população trans, fazendo com que demandas facilmente tratadas pela atenção básica sejam agravadas até a média e alta complexidade.

Ainda que existam portarias do Ministério da Saúde voltadas para ampliação do acesso da população trans aos serviços de saúde públicos, como é o caso da Política Nacional de Saúde LGBT (BRASIL, 2011), a efetivação dessas iniciativas tem sido insuficiente. Nos diálogos com a população trans, evidencia-se que essa dificuldade na concretização da equidade do acesso aos serviços de saúde se dá tanto por uma estereotipação patologizante dos seus desejos decorrente da transfobia (na expectativa de que todas as pessoas trans busquem necessária e unicamente pelo processo transsexualizador, por exemplo), como na ausência de uma possibilidade de acesso à saúde que vá além de uma mera garantia protocolar da entrada dessas pessoas na atenção básica.

Nos encontros em grupo, encontram-se relatos elucidativos sobre como tais políticas específicas para a população trans não se fazem cumprir na prática. As queixas vão desde um desrespeito ao nome social nos espaços de saúde pública até falas e comportamentos transfóbicos explícitos, que acabam afastando as pessoas usuárias do sistema de saúde. Nesse cenário, a consequência é o afastamento destas dos poucos direitos que conseguem acessar, fazendo-se necessária uma melhor formação dos trabalhadores da saúde, sobretudo frente às discussões de gênero, sexualidade e raça.

4 RESULTADOS

Durante o ano de 2021 e 2022, ocorreram cerca de 30 encontros, dos quais metade foram presenciais e contaram com uma média de 6 pessoas que frequentaram o grupo regularmente. O espaço de escuta da Rede Trans, nesse sentido, possibilitou a ampliação do cuidado para além dos encontros por meio de formações dos profissionais da saúde a respeito de eixos que abarcam pessoas que historicamente sofrem opressões e tem suas vivências negligenciadas.

A organização dessas formações está sendo realizada pelo estágio Clinic@rte, o qual utiliza dispositivos mediadores, como dinâmicas de grupo, para desconstruir crenças e valores transfóbicos, investigar como os trabalhadores têm se articulado e intervir de forma direcionada ao enfrentamento à LGBTfobia, o racismo e o capacitismo.



Considerando que na maioria dos casos o acolhimento da população trans é inexistente e, quando ocorre, é inadequado, os encontros promovidos pela Rede têm buscado discutir sobre como essas pessoas se sentem enquanto usuárias, abrindo espaço para que sejam ouvidas e suas demandas tenham um encaminhamento possível. Com isso, as individualidades encontram sempre pontos comuns na realidade social, demonstrando a potência coletiva que nasce no grupo, mas se fortalece para outros espaços ocupados por cada um dos sujeitos. Tais resultados são relatados nos encontros, demonstrando como o trabalho tem conseguido superar questões individuais, caminhando para uma compreensão que adota “uma perspectiva mais globalizante e dinâmica que possibilite entender a saúde/doença como processo histórico e multideterminado” (SPINK, 2013, p. 39), essencial para a despatologização das vivências trans.

No ano de 2022, as dinâmicas de grupo foram bem sucedidas nos encontros, as quais têm auxiliado no desenvolvimento de discussões disparadoras de forma fluída. Essa experiência demonstra a importância das dinâmicas como uma ferramenta de promoção de saúde mental tanto no âmbito individual quanto no social e coletivo, tendo em vista que estes não podem se constituir separadamente (ZIMERMAN, 2007). No entanto, assim como todo grupo voltado à produção de saúde, é comum que nem sempre muitas pessoas estejam presentes e, na Rede Trans, essa realidade não é diferente. Os encontros, que são quinzenais e têm dias fixos, contam com algumas pessoas que quase sempre estão presentes — fator que auxilia a criação de vínculos entre elas e potencializa os efeitos do grupo. As usuárias comprometidas com o grupo relatam com frequência o incômodo frente ao esvaziamento do espaço e essa discussão ressoa fortemente em um dos trabalhos mais difíceis: expandir a Rede para além dos encontros para espaços diversos, como os culturais, por exemplo.

A partir dessa análise, entende-se também que o retorno presencial demanda um trabalho meticuloso e paciente frente às possibilidades de vinculação e expansão da Rede, fazendo-se necessário que o trabalho continue se aprimorando de forma coletiva juntamente à toda rede de profissionais de saúde do município. O papel do projeto Clinic@rte, por sua vez, tem buscado efetivar o tripé ensino, pesquisa e extensão por meio de práticas como a Rede Trans, que está em construção para além dos muros da universidade engajando pessoas trans das mais variadas regiões da cidade. Assim, o conteúdo apreendido no espectro do ensino - a partir das supervisões, eventos e palestras - se expande para o âmbito extensão, em que as experiências práticas retornam à teoria e fornecem pistas sobre quais caminhos seguir para aprimorar a qualidade do trabalho. E, por fim, todas as vivências adquiridas se objetivam na pesquisa, demonstrando a indissociável relação entre os eixos do tripé.

5 CONCLUSÃO



Ao analisar esse panorama, é possível identificar que a Rede Trans tem sido uma importante iniciativa para pensar uma mudança concreta no paradigma atual de acesso da população de travestis, transexuais e transgêneros (TTTs) à saúde. Apesar de não estar isenta das contradições apresentadas no cenário institucional apresentado anteriormente, a potência da Rede Trans se encontra no engajamento das pessoas usuárias, cujas construções coletivas extrapolam as implicações de gênero, perpassando questões de raça, classe e sexualidade presentes nas subjetividades de cada uma delas, evidenciando desafios a serem enfrentados para garantir a promoção de sua saúde. O desenvolvimento desses diálogos é essencial “numa sociedade como a brasileira, com clivagens de gênero, de distintas raças/etnias em interação e de classes sociais [...]”, uma vez que “o pensamento, refletindo estas subestruturas antagônicas, é sempre parcial” (SAFFIOTI, 2015, p. 40) e o trabalho coletivo é capaz de politizar esse pensamento de forma crítica o modo de produção capitalista, produtor e reproduzidor das opressões contra a população trans.

No que diz respeito ao papel da psicologia e a aplicação da diretriz acolhimento, além do desenvolvimento cognitivo, busca-se criar condições para que cada pessoa usuária da Rede, participante dos encontros quinzenais tenha ferramentas para se expressar emocionalmente, objetivo este que se faz cumprir nas trocas coletivas a partir da escuta ativa dos profissionais da psicologia. A partir dessa perspectiva, até mesmo os encaminhamentos buscam um olhar ampliado, uma vez que são organizados e direcionados, visando diálogos sensíveis juntamente às equipes multiprofissionais dos serviços de saúde, para que as complexidades de gênero, raça, classe e sexualidade sejam desveladas, priorizando não somente um encaminhamento protocolar, como também atendimentos e acompanhamentos que visem uma atenção em dimensão biopsicossocial dos usuários, isto é, adequados à população trans em suas especificidades de modo a ampliar o cuidado em saúde.

Portanto, é necessário refletir sobre as dificuldades e demandas de acesso dessa população quanto à garantia de direitos à saúde, cobrando dos gestores públicos, comunidade e instituições de saúde ações efetivas que reafirmem o que está estabelecido nos princípios e diretrizes do SUS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990.

_____. Portaria n.º 2.836, de 1º de dezembro de 2011. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde**



Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2011.

_____. Portaria nº 2.803, de 19 de Novembro de 2013. **Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução CFP Nº 10/05, 2005.

_____. **Estabelece normas de atuação para as psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transsexuais e travestis.** Resolução CFP Nº 01, 29/01, 2018.

_____. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs.** Conselho Federal de Psicologia. - Brasília, DF: CFP, 2019.

COSTA, J.T.; DA SILVA, F. S.; SILVEIRA, C.A.B. As práticas grupais e a atuação do psicólogo: Intervenção sem grupo no estágio de processos grupais. **Vínculo. Revista do NESME**, 2018, v. 15.

DELEUZE, Gilles (1989). "O que é um dispositivo?". Em: DELEUZE, G. (1989). **Michel Foucault philosophe. Recontre internationale.** Paris, 9, 10, 11 de Janeiro de 1988.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**. v. 5, n. 1, 2000. p. 95-121.

HOMERCHER, B. M; BRIDI FILHO, C.A. A prática psicológica ao atendimento as pessoas trans em um ambulatório LGBTQIA+: Relato de Experiência. In: 6º Congresso Brasileiro de Psicologia. **Anais eletrônicos.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www2.cfp.org.br/inscricoesonline/cbp/2022/anais/detalhe.cfm?id=25690>

HUGO, M; SCHAPIRA, D. El método plurimodal como herramienta de evaluación del paciente en salud mental. **Revista Brasileira de musicoterapia**, n. 7, p. 49-65, 2004. Disponível em: <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/319> acesso em 04 jan. 2023.

HUR, D. U.; O dispositivo de grupo na esquizoanálise: tetralência e esquizodrama. Em **Vivência. Revista do NESME**, 2012, v. 9, n. 1, pp. 18-26.



LIMA, F.; CRUZ K. T. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 23, p. 162-186, 2016.

OLIVEIRA, G. N. O projeto Terapêutico Singular. In: CUNHA, G. T. **A construção da clínica ampliada na atenção básica**. 3. ed. São Paulo. Hucitec, 2010.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. 8. ed. (M. A. F. Velloso e M. S. Gonçalves, Trads). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p.272-286.

PINHEIRO, A. F. S. **Técnicas e dinâmicas de trabalho em grupo**. Montes Claros-MG: Instituto Federal Norte de Minas Gerais, 2014.

ROCON, P. C. Quando os corpos trans adentram o processo transexualizador: experiências que conformam a transexualidade. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). **Centro de Ciências da Saúde**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

RIBEIRO, Y. C. N. M. B.; CASTRO, Ricardo L. V. **Acolhimento com classificação de risco: dois momentos de reflexão em torno das cores**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos HumanizaSUS: Vol. 3, Atenção Hospitalar**. 1. ed. 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, A. D. et. al. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Revista de enfermagem UFPE on line**: v. 14, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243211> acesso em 04 jan. 2023.

SCHAPIRA, Diego. "A abordagem plurimodal em musicoterapia. Fundamentos teóricos". Em SCHAPIRA, D; FERRARI, K; SÁNCHEZ, V; HUGO, M. **Musicoterapia. Abordaje Plurimodal**. Buenos Aires: ADIM Ediciones, 2007.

SPINK, M. J. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. 9. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2013.

STONA, J.; CARRION, F. **O cis no divã**. Salvador, BA. Editora Devires, 2021. ZIMERMANN, David. A importância dos grupos na saúde, cultura e diversidade.



Vínculo, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 1-16, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902007000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 out. 2022.

ZIMERMAN, D.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

